

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	
<i>Guilherme Calmon Nogueira da Gama</i>	V
<i>Nossa homenagem</i>	IX
DIREITOS HUMANOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PRINCIPAIS DIMENSÕES JURÍDICAS, ÉTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS, NO CONTEXTO EUROPEU E TRANSNACIONAL	
<i>Filipa Pais D'Aguiar</i>	1
1. Introdução.....	1
2. Delimitação conceptual.....	2
3. Contributos da neurociência.....	4
4. Principais dimensões éticas, jurídicas, sociais e culturais numa perspectiva juscomparada.....	10
4.1. Principais dimensões éticas: relevância das escolhas e princípios..	10
4.2. Principais dimensões jurídicas: privacidade e protecção de dados; IA e aplicações na Justiça e Poder Judiciário; direitos de autor.....	12
4.3. Principais dimensões sociais e culturais.....	22
5. Benefícios e desafios.....	25
6. Aspectos prospectivos.....	26
7. Considerações finais	28
Referências	29
A QUESTÃO DO MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
<i>Carla Maria Caldas Figueiredo / Roberto Rodrigues Costa</i>	37
1. Introdução.....	37
2. O que é inteligência artificial.....	37
2.1. Redes neurais artificiais e aprendizado de máquina.....	39
2.2. Processamento de dados originariamente enviesados.....	43
2.3. Auditabilidade e explicabilidade dos algoritmos de IA	44
2.4. Impactos da automação impulsionada pela IA sobre os empregos..	45
3. Responsabilidade civil por danos causados pela IA.....	47
3.1. Responsabilidade civil objetiva por danos causados pelos sistemas de IA	49
3.2. Responsabilidade civil subjetiva por danos causados pelos sistemas de IA	53

4. Responsabilidade penal da IA.....	54
4.1. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	55
4.2. Aplicação subsidiária da tutela penal.....	56
4.3. Singularidade.....	58
4.4. Modelos para responsabilidade penal da IA.....	59
5. Projeto em andamento.....	61
5.1. Estratégia brasileira de inteligência artificial.....	61
5.2. O projeto de Lei 2.338/2023.....	62
5.2.1 Análise preliminar realizada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	65
5.2.2. Propriedade intelectual sobre a produção automatizada.....	66
5.3. Regulação da IA na União Europeia.....	67
6. Conclusões.....	68
Referências.....	70

ACESSO A JUSTIÇA EM CRISE: O DILEMA DAS IA'S (SIMBÓLICA E CONECTIVA), ALGORITMOS, RESSIGNIFICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, OPACIDADE E CONTRADITÓRIO

<i>Carlos Affonso Leony Neto / Patrice Desirée Neves de Mello</i>	75
1. Introdução.....	75
2. O tempo das máquinas que pensam: as formas “simbólica” e “conectiva”.....	80
3. O analfabetismo funcional das IAS.....	86
4. A era da fé cega no <i>big data</i> deve acabar, algoritmos voluntariosos: “a maldição de chicó, só sei que é assim!”.....	89
5. O acesso a justiça, o futuro do processo e as mudanças advindas do ambiente virtual e suas implicações.....	95
6. Decisões automatizadas, coleção de dados viciados e opacidade.....	97
7. O contraditório no quarto escuro dos algoritmos. Enganar alguns por algum tempo, muitos por muito tempo, mas não todos por todo tempo... ..	103
8. Conclusão.....	105
Referências.....	110

COMPLIANCE COMO ELEMENTO MITIGADOR DOS RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

<i>Leandro de Matos Coutinho</i>	113
1. Introdução.....	113

2. Inovações tecnológicas e <i>red flags</i>	114
3. <i>Red flags</i> para IA na atualidade.....	116
4. Quais mitigadores de risco o compliance oferece?.....	123
4.1. Autorregulação regulada.....	124
4.2. Tom do topo da organização.....	125
4.3. Práticas de ética e integridade.....	126
4.4. Políticas e procedimentos claros, conhecidos e efetivos.....	127
4.5. Boas práticas (setoriais)	128
4.6. Monitoramento	128
4.7. Práticas ESG (environmental, social and governance).....	129
5. Conclusão	130
Referências	131

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO PODER JUDICIÁRIO:
CONTRIBUIÇÕES E RISCOS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA

<i>Julio Cezar da Silveira Couceiro / Guilherme Alves dos Santos</i>	135
1. Introdução.....	135
2. Inteligência artificial e primeiros marcos legais.....	136
2.1. Marcos legais em âmbito internacional.....	137
2.2. Marcos legais em âmbito nacional.....	139
3. Inteligência artificial e poder judiciário.....	141
3.1. Inteligência artificial e os Tribunais Superiores.....	142
3.2. Inteligência artificial e os Tribunais de Justiça dos Estados.....	149
3.3. Contribuições da Inteligência artificial na prestação dos serviços jurisdicionais	150
4. Ponderações e riscos no uso de mecanismos de inteligência artificial no poder judiciário.....	151
5. Conclusão	154
Referências	156

OS DESAFIOS TRAZIDOS PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
PARA O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEÇÃO DE DIREITOS

<i>Mariana N. C. Molisani Mendonça / Fábio de Macedo Soares Pires Condeixa</i>	159
1. Introdução: conceito de inteligência artificial e a urgente necessidade de regulamentação	159
2. Desafios que a ia trouxe ao mercado musical.....	161

3. O uso da inteligência artificial e seus avanços.....	164
4. A necessária regulamentação da inteligência artificial	168
5. Acordos entre gigantes da indústria do entretenimento	169
6. Conclusão	171
Referências	173

TECNOLOGIAS EMERGENTES NA PRESERVAÇÃO DA CULTURAL
INDÍGENA: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL UTILIZADOS PELA “MALOCA” PAITER SURUÍ

<i>Anderson Luís Deboni</i>	175
1. Introdução.....	175
2. Minha “maloca” meu mundo: novas perspectivas com o surgimento da inteligência artificial	177
3. Povos indígenas 4.0: Um <i>insight</i> da comunidade indígena paiter suruí.....	181
4. Considerações finais	193
Referências	194

OS DESAFIOS TRAZIDOS PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O
ACESSO À JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

<i>Marcelo Barbosa Vianna Shad</i>	199
1. Introdução	199
2. A inteligência artificial e o sistema de justiça	201
3. Justiça preditiva	208
4. Inteligência artificial e desafios éticos	213
5. Considerações finais	225
Referências	226